



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 02 | N°. 3 | Ano 2021

Denisse Kátia Soares Omar

MULHER MOÇAMBICANA E MOVIMENTOS FEMINISTAS: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA ANÁLISE HISTÓRICA NAS ZONAS LIBERTADAS, 1964-1992

Mozambican women and feminist movements: contribution to a historical analysis in liberated areas, 1964-1992

RESUMO: Com base nos arquivos e bibliografia disponíveis, este artigo tem como objetivo compreender o papel das mulheres em Moçambique enquanto força motriz para o desenvolvimento do projeto nacional, com foco em sua socialização nas áreas libertadas. Numa sociedade ainda muito marcada pela exclusão e opressão, a qual Moçambique é um exemplo, falar sobre a luta das mulheres pela libertação requer um exercício histórico de pesquisa sobre momentos e protagonistas ainda menos conhecidos, mas centrais ao conhecimento deste momento de luta. Assim, neste artigo o foco temporal centra-se na participação política das mulheres moçambicanas na luta de libertação nacional (1960-1975), para compreender projetos e horizontes de esperança com base nas experiências vividas nas "zonas libertadas". É essa experiência que, na segunda parte do artigo, é analisada em termos de experiências após a independência em Moçambique. Como se refere na terceira parte do texto, é importante relatar essa história que é parcialmente reduzida ao silêncio e entender como, desde cedo, as mulheres se tornaram protagonistas-chave na história de Moçambique, criando movimentos e organizações que contribuíram para sua emancipação na sociedade moçambicana.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher Moçambicana; Emancipação; FRELIMO; zonas libertadas; Luta Armada.

ABSTRACT: Based on the archives and available bibliography, this article aims to understand the role of women in Mozambique as a driving force for the development of the national project, with a focus on their socialization in the liberated areas. In a society still very marked by exclusion and oppression, which Mozambique is an example of, talking about women's struggle for liberation requires a historical research exercise on even less known moments and protagonists, more central to the knowledge of this moment of struggle. Thus, in this article the temporal focus is centered on the political participation of Mozambican women in the national liberation struggle (1960-1975), to understand projects and horizons of hope based on the experiences lived in the "liberated zones". It is this experience that, in the second part of the article, is analyzed in terms of experiences after independence in Mozambique. As mentioned in the third part of the text, it is important to report this story that is partially reduced to silence and understand how, from an early age, women became key protagonists in the history of Mozambique, creating movements and organizations that contributed to their emancipation in society. Mozambican.

Site/Contato

Editores

Cinthia Nólacio de Almeida Maia
cinthianolacio@yahoo.com.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

KEY WORDS: Mozambican women; Emancipation; FRELIMO; liberated zones; Armed Struggle.

MULHER MOÇAMBICANA E MOVIMENTOS FEMINISTAS: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA ANÁLISE HISTÓRICA NAS ZONAS LIBERTADAS, 1964-1992

Denisse Kátia Soares Omar ¹

INTRODUÇÃO

Moçambique é um país localizado na região da África Austral, estendendo-se por uma superfície de 799.380 Km². Com uma história colonial marcante, vários povos e comunidades que hoje integram Moçambique sustentaram o seu direito de autoafirmação, lutando de várias formas contra a exploração e opressão. Face à intransigência portuguesa em garantir a possibilidade de uma transição pacífica para a independência, a exemplo do que aconteceu em várias então colônias africanas vizinhas, os vários movimentos foram equacionando a possibilidade da luta armada. Como destacou Mondlane, “O nacionalismo moçambicano, como praticamente todo o nacionalismo africano, foi fruto directo do colonialismo europeu. A base mais característica da unidade nacional moçambicana é a experiência comum (em sofrer) do povo durante os últimos cem anos do controlo colonial português” (MONDLANE, 1978, p. 33). De entre os movimentos, um capítulo menos conhecido da história nacionalista destacam-se – Associações Culturais e laborais no contexto de Moçambique colonial, sendo exemplo quer associações laborais dos Barbeiros, a Associação dos Lavradores², a Associação Nacional Africana³, o Instituto Negrófilo, que está na origem do Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique, ou organizações de pendor educativo, como núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique – NESAM (ROCHA, 2000; NEVES, 2009). O NESAM⁴ destaca-se no conjunto destas associações, pelo contributo que deu ao desenvolver das ideias nacionalistas:

“Comunicou ideias nacionalistas à mocidade negra instruída. Conseguiu certa revalorização da cultura nacional, que contra-atacou as tentativas dos portugueses para levarem os estudantes africanos a desprezarem e a abandonarem o seu próprio povo. Deu a única oportunidade de estudar e discutir Moçambique sem ser como um apêndice de Portugal. E, talvez o mais importante de tudo cimentou contactos pessoais, estabeleceu uma rede de comunicação a nível nacional, que se formou entre gente de todas as idades, e que podia ser utilizada para um futuro movimento secreto” (MONDLANE, 1975, p. 136-137).

¹ Docente na Universidade Rovuma de Moçambique; Doutorada em História de África Contemporânea na Universidade Pedagógica de Maputo. denissekatiaomar@gmail.com

² Consultado em Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), fundo da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas (DSNI), Caixa 4.

³ Sobre esta associação que emergiu no centro de Moçambique, em Tete, consultar a documentação disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal – NA/TT, PIDE/DGs, SC – SR, FRELIMO, NP 2826/62.

⁴ Foi fundado em 1949 por inspiração de Eduardo Mondlane.

A atividade associativa estendeu-se também aos territórios vizinhos, onde foram surgindo várias organizações integrando trabalhadores moçambicanos emigrados. Destas é de destacar tais como UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), MANU (Mozambique African National Union) e UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente).⁵ Em 25 de Junho de 1962, depois de um aturado processo de negociações política, onde o dissenso também teve lugar, os representantes destas três organizações reuniram-se em Tanzânia e optaram pela sua fusão do que resultou a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique)⁶ (LIPPMAN, 1974). A FRELIMO irá, ao longo da luta nacionalista, procurar gerar um sentimento de unidade através da figura do povo moçambicano. Este processo pedagógico e político revelou-se uma etapa fundamental para a vitória na luta contra o colonialismo português. Três anos volvidos após a sua constituição, a FRELIMO, na sequência de um profundo trabalho político e de sensibilização entre as populações africanas colonizadas e exploradas, desencadeou a Luta Armada em 25 de setembro de 1964. Com o decorrer da luta nascem as chamadas “Zonas Libertadas”, territórios que estavam fora da administração colonial portuguesa. As primeiras zonas semilibertadas localizavam-se ao norte do país - Niassa e Cabo Delegado, e mais tarde alargaram-se para as regiões centrais do país. Nestas regiões lançou-se o Projeto de Construção do que seria o Moçambique independente, algo que foi sendo construído por homens e mulheres (MENESES, 2011).

Um elemento importante a salientar é a força dos movimentos feministas na década de 1960 nos EUA e na Europa. Este projeto feminista, com vários matizes, provocou o despertar das consciências de muitas mulheres em várias colónias africanas, sobretudo as inglesas, embora a sua influência se tenha estendido às colónias portuguesas, no caso Moçambique, a partir dos contatos com as regiões vizinhas, sobretudo a Tanzânia (SCOTT, 1992). Este país desempenhou um papel importante no processo de libertação do povo moçambicano, porque era onde ficava o centro operacional dos movimentos de libertação nacional dos países africanos.

Depois de uma década de luta, Moçambique conquistou a sua independência a 25 de junho de 1975. Na sua curta história o país independente conheceu vários projetos políticos, que importa conhecer: entre 1975 a 1989, a aposta foi pela vertente socialista como ideologia política e prática redistributiva de justiça social; em 1990, com a introdução da nova constituição, o socialismo é definitivamente abandonado como opção política sendo substituído gradualmente por um sistema político liberal democrático (MOSCA, 1993). As diferentes posições quanto ao

⁵ Sobre este tema consulte-se Mondlane, 1975 e Tembe, 2014. Veja-se igualmente os materiais disponíveis em Portugal sobre a MANU –PT – TT AOS DN 1-5-26; UNAMI – PIDE/DGs, proc. SR|2826/62, 1.º Vol.; UDENAMO – PT –TT, AOS/CO/UL/ac.

⁶ Sobre este tema consulte-se FRELIMO, 2012 e Tembe, 2014.

futuro político de Moçambique estiveram na origem da Guerra Civil que marcou o país pouco depois da independência, e terminou, grosso modo, com um acordo de paz firmado em 1992.

As mudanças pelas quais Moçambique passou, afetaram diretamente o status das mulheres moçambicanas. Presente nas várias frentes de luta (economia, política, cultural), o envolvimento da mulher é permanente, embora silenciado. De fato, em cada contexto que o país atravessa a mulher tem participado, tentando superar os obstáculos e adversidades de forma gradual e com determinação.

Neste artigo procura-se, sobretudo, analisar como é que a mulher moçambicana consegue, a partir destas áreas fora do controle do governo colonial, libertar-se das amarras de um sistema secular de opressão patriarcal, quebrando com as tradições, hábitos e superstições presentes para submeter e, ao mesmo tempo desafiar a opressão colonial. Neste sentido, este artigo tem por objetivo ilustrar algumas etapas de luta da mulher moçambicana pela sua emancipação, através do seu envolvimento em associações, movimentos e organizações feministas que lhe deram as ferramentas adequadas para a sua luta. Parte significativa desta análise assenta no estudo.

Pretende-se também compreender as ações das mulheres moçambicanas em relação a sua emancipação no contexto da luta armada pela libertação nacional, levando em consideração uma análise bibliográfica e documental em Portugal no Arquivo da PIDE – DGs em relação a FRELIMO, integrado nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo e no Arquivo 25 de Abril de Coimbra-CES. Além desta coleção portuguesa, buscou-se analisar o tópico a partir dos documentos do Arquivo Histórico de Moçambique, centrando-se principalmente na documentação que deu mais ímpeto e clareza à pesquisa. Esta documentação escrita inclui principalmente documentos originais indicando os relatórios e atas do Comité Central da FRELIMO.

1.A mulher moçambicana na sociedade tradicional e colonial

A mulher moçambicana foi vítima de duas formas de opressão – uma derivada do sistema tradicional e a outra imposta pelo sistema colonial. Para Barbara Isaacman e June Stephan (1984), no contexto da sociedade moçambicana tradicional, as mulheres eram desprivilegiadas e sujeitas à dominação dos homens, que passavam sucessivamente do pai ao marido, e mais tarde, por vezes, ao próprio filho. Esta análise é corroborada por vários trabalhos anteriores levados a cabo por antropólogos e padres, entre outros investigadores que nos seus estudos demonstram que a mulher ocupava uma posição subalterna devido em parte às práticas socioculturais tradicionais.

À mulher cabia um papel submisso e passivo, e as suas funções sociais são rigorosamente delimitadas: fornecimento da mão-de-obra, em geral no setor agrícola e procriação de filhos. Na sociedade tradicional a mulher, como fornecedora de mão-de-obra, estava intimamente ligada ao modelo de produção existente virada para a economia doméstica. Nesta senda, Loforte (2003), no seu estudo sobre gênero e poder entre os tsonga de Moçambique, salienta que as unidades domésticas no sul deste país eram todas patrilineares, pois os homens exerciam de forma continuada as mais distintas profissões como as de artesão, comerciantes, entre outras, e as mulheres desenvolviam essencialmente a atividade agrícola e doméstica sob gestão e controle do homem. No quadro desta economia doméstica a mulher era considerada e valorizada, sobretudo, como elemento produtor ou reprodutor de força de trabalho, dentro de um sistema econômico em que a propriedade era privada e pertencia ao homem. Isto quer dizer que se vivia, de uma forma geral, uma fase de patriarcado em que a propriedade de todos os bens e capacidades da família cabiam ao homem, neste caso, chefe de família. Os elementos da sociedade que contribuíam para a inferiorização da mulher são, entre outros: os ritos de iniciação, casamentos prematuros ou forçados, superstição, tradição de lobolo, poligamia, entre outras práticas. De acordo com o Relatório da CEEC⁷ (1975), estas práticas eram um mal social, que de alguma forma contribuíam para a destruição da integridade da mulher. E muitas destas práticas ainda hoje são vistas e praticadas em certas regiões de Moçambique.

Nesta sociedade tradicional, que caracterizava grande parte do tecido social que habitava quer as zonas rurais, quer as zonas urbanas, a mulher era condicionada e educada para ser passiva, procriar, produzir para o homem e servi-lo. Deste modo, se criou a representação dominante da mulher como um ser inferior em relação ao homem, uma criança grande que dependia deste. Se no período pré-colonial em Moçambique, a figura do homem já era tida como emblemática e dominadora, a presença colonial moderna da administração portuguesa só veio a intensificar esse domínio sobre as mulheres. São vários os trabalhos que estudam em detalhe a violência e exploração a que os homens e mulheres estiveram submetidos, processo que alterou completamente as estruturas sociais existentes. Do ponto de vista legal, uma das principais intervenções teve a ver com a transformação dos “filhos da terra” em indígenas, em personagens potencialmente humanas, mas sob tutela de Portugal (MENESES, 2010). Através de um instrumento legal, o Estatuto de Indigenato, desde a sua primeira formulação, grande parte dos homens e mulheres destas sociedades foi transformada em “indígenas”.⁸ Este diploma legislativo que veio consagrar o estatuto de “não cidadão” foi antecedido por vários documentos

⁷ CEEC - Centro de Estudos de Educação e Cultura da FRELIMO.

⁸ De acordo com Estatuto – era considerado indígena o indivíduo da raça negra ou seus descendentes, que não possuíam instrução e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses (GOLIAS, 1993, p:33). Este estatuto foi abolido em 1961.

legais que tinham por objetivo transformar o indígena numa criança grande, a ser educada no trabalho pela missão civilizadora colonial.

Enquanto membro subalterno, apêndice adulto do indígena masculino, a mulher vê consagrados o seu papel de mãe e produtora para o círculo “intimo”, familiar, sendo tanto mais considerada pelo marido e vizinhos, quanto maior for o número de filhos que tiver, num contexto em que a esterilidade constituía um motivo de repúdio. Deste modo, a mulher era considerada um ser fraco, pelo que era lhe imposta a escravidão doméstica, trabalhando nos campos e em todos os arranjos domésticos (MARTINS, 1940).

Na perspectiva de Lippman (1974), no período colonial, a mulher moçambicana estava submetida à um sistema de dominação que se manifestava através da privação de direitos mais elementares, tais como a impossibilidade de ter bens, a limitação no acesso à educação, no acesso ao trabalho remunerado, entre outros elementos de extrema importância para o desenvolvimento do seu empoderamento. Assim, como os homens, as mulheres foram submetidas ao trabalho forçado ou correcional e aos impostos pesados. E muitas vezes tomaram o lugar de chefe de família devido a exportação de trabalhadores do sexo masculino para as minas da África do Sul e Rodésia, bem como outras formas de deportação às quais os homens estavam submetidos. Este tipo de situação verificava-se com frequência na região sul de Moçambique, contudo, na região norte, apesar de apresentar uma linhagem matrilinear, a mulher dificilmente assumia este papel, pois nesta região as migrações eram muito pouco frequentes e o poder estava nas mãos do tio mais velho da família.

Nesta senda, pode-se dizer que o sistema colonial acentuou a marginalização da mulher moçambicana com o surgimento de outros elementos mais sérios, como a prostituição, o alcoolismo, a ociosidade e a ambição que atingiu a sua dignidade e negaram seu valor humano. Ao arrastar os maridos, pais e filhos maiores para as prisões ou trabalho forçado, o colonialismo forçou as mulheres desamparadas a assumir encargos familiares, recorrendo frequentemente à prostituição. O resultado desta situação foi a degradação da unidade familiar, bem como a incapacidade da mulher em assumir o seu papel de mãe e de educadora dos filhos (LIPPMAN, 1974).

Diante dessa dupla e dolorosa realidade de opressão e exploração das mulheres, o peso dos valores tradicionais e obscurantistas inculcados ao longo dos séculos para garantir sua passividade e submissão à uma sociedade governada pelo patriarcado, e o capitalismo exacerbado pelo colonialismo, que exercia uma influência negativa nela. Nesse contexto, durante a luta armada de libertação nacional ficou evidente a necessidade imperativa de um trabalho profundo, voltado para despertar a consciência das mulheres, diante de todas as formas de comportamento que limitavam sua integração e participação nas tarefas definidas pela vanguarda

do povo, que era neste caso a FRELIMO. Portanto, era necessário que a mulher estivesse claramente ciente de que, por meio de seu compromisso total com as tarefas do Partido – desencadeasse sua iniciativa criativa dando uma contribuição valiosa ao estabelecimento do poder popular, disponibilizando sua capacidade e tempo para a causa do povo.

2.A revolução e os caminhos percorridos rumo a Emancipação das mulheres

A emancipação, que na linguagem comum significa o ato de tornar livre ou independente, ganha expressão quando envolve a mulher, porque se refere ao aumento de seus ganhos de poder em todas as áreas da sua vida. Mas, para alcançar esse poder, a mulher passou por vários caminhos. Nesse contexto, considera-se a emancipação da mulher como algo que vai conquistando ao longo da Luta Armada de Libertação Nacional, ou seja, nas zonas libertadas. É a partir desse compromisso que os líderes da FRELIMO foram forçados a integrá-las na estrutura da Frente de Combate. Diante deste cenário traçou-se uma linha política de ação para a mulher ainda durante a luta, pois no entender dos dirigentes ela precisava de ter consciência política. E essa linha política devia ser seguida por uma organização política revolucionária que assumiria todos os interesses das massas populares exploradas e os conduziria na batalha contra a velha sociedade. Somente com essa organização ela poderia ganhar espaço e formular estratégias em seu combate libertador (MACHEL, 1973).

Na perspectiva de Casimiro (2001), um aspecto importante da “desordem social” da FRELIMO foi a posição assumida, durante a Luta Armada de Libertação, sobre a emancipação da mulher e as concepções de luta para sua libertação da opressão. Na década de 60-70, a FRELIMO foi, talvez, um dos poucos movimentos nacionalistas no continente africano que argumentou em defesa da emancipação da mulher como algo que deveria ocorrer em simultâneo com a luta pela libertação do jugo colonial, como também pela construção duma nova sociedade. Somente a participação da mulher na luta e em todas as frentes de combate poderia fazer avançar o processo revolucionário, rumo a uma sociedade livre de todas as formas de opressão. A FRELIMO provou ser a herdeira dos ideais revolucionários do iluminismo, do socialismo utópico, do ideário marxista e dos movimentos nacionalistas do Terceiro Mundo, que nos séculos XVIII, XIX e XX lutaram pela emancipação da mulher e pela construção duma sociedade de tipo socialista. A emancipação da Mulher significava, deste modo, uma tomada de responsabilidade perante a sociedade, na sua qualidade de cidadã, filha, esposa e mãe. Ela viveu ou viveu todas as formas de opressão, humilhação e desumanização, portanto, constitui-se em força motriz que energizou todo o processo da sua emancipação.

Vale ressaltar que o processo de emancipação das mulheres moçambicanas teve suas raízes muito antes do início da luta armada de libertação nacional de 1964. Segundo Santana (2009), antes do início da luta os camponeses desempenhavam um papel estratégico na propaganda anticolonialista, queimando as sementes do cultivo. Essa experiência também foi analisada no engajamento de grupos femininos de áreas urbanas, estudantes das cidades de Maputo e Xai-Xai, que atuaram em movimentos associativos estudantis. É o caso de Noémia de Sousa, que nos anos 1940 colaborou com o jornal *Brado Africano*, e mais tarde, sob a influência de Eduardo Mondlane, em 1949, o NESAM - Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique, ligado ao Centro Associativo de Negros de Moçambique. Quando é fundado, aumenta a participação feminina, aliada à causa da independência. Neste contexto, encontramos nos anos 1950 nomes de mulheres como Lina Magaia, Josina e Esperança Muthemba, Adelina Mucumbi e Lucrécia Mabote, que junto com seus colegas, a exemplo de Joaquim Chissano, Mariano Matsinhe, Armando Guebuza, Luís Bernardo Honwana e Pascoal Mucumbi, dentre outros, desenvolvem projetos tendentes a incluir as mulheres na sua emancipação. Nesse núcleo surgiram as primeiras ideias de contestação ao governo colonial, e aos poucos, tomar consciência da luta pela independência do país (CASIMIRO, 2001; CHISSANO, 2010).

A este respeito, diz-se que a vinculação das mulheres aos movimentos associativos estudantis abriu espaço para quebrar as velhas tradições engajadas na submissão e passividade da mulher. Nesta caminhada estudantil, muitas cansadas de somente distribuírem panfletos fugiram para Tanzânia com objetivo de se juntarem à nova Frente de Libertação de Moçambique. E neste processo, devido a perseguição da Polícia Colonial, muitas acabam sendo perseguidas, sendo algumas presas e outras, ainda sem conseguirem chegar à Tanzânia, permaneceram na sua terra natal para ajudar com informações sobre a situação.

Em um período mais recente, a partir da década de 1960, surgiram novas correntes envolvidas na onda de movimentos feministas, desencadeados em várias colônias africanas inglesas, como o caso da Tanzânia, que apoiou Moçambique. Após várias idas e vindas, a FRELIMO é formada em 25 de junho de 1962, na Tanzânia. Portanto, de acordo com Mondlane (1975), a formação da FRELIMO simbolizava, na época, o culminar de um processo de resistência secular pelo povo moçambicano, conduzido isolada e localmente contra quinhentos anos de colonialismo. Com a união alcançada e o desejo comum de independência, a ofensiva contra o governo colonial português foi lançada em 1964. E, com o progresso da Guerra de Libertação Nacional, territórios emergiram além do controle da administração portuguesa e foram ocupados pela FRELIMO. Esses territórios foram renomeados como “Zonas Libertadas”. Samora Machel, em seus discursos e escritos, refere-se a essas áreas como aquelas onde a administração colonial se retirou, as pessoas deixaram suas aldeias para escapar da repressão e

viver sob a proteção da FRELIMO. Esse processo evoluiu progressivamente para as zonas liberadas e semi-liberadas, ou seja, zonas onde toda a vida das massas dependia da orientação da FRELIMO, na qual "nossas palavras de ordem" eram aplicadas diariamente (MACHEL, 1975). Com a transformação da luta armada em revolução, e com o avanço do processo de libertação nacional, tornou-se um processo de criação de uma nova realidade, consolidando-se. Na opinião de Mondlane (1975, p. 141):

Um dos grandes valores da Revolução, é que essas zonas iam-se constituindo em *lugar, momento e espaço* de perspectivação de um projecto de uma sociedade nova e de exercício do poder, que, por sua vez, exigiam mudanças de mentalidades e de vida; de aprendizagem de novos valores para formação de uma sociedade, não baseada em racismo, tribalismo, regionalismo e outro tipo de preconceitos negativos.

Por assim dizer, as “zonas liberadas” eram mais um espaço para uma mudança de mentalidade, através da transformação das relações sociais de trabalho, do que um projeto de transformação material imediata das populações. Nessas áreas, foram criadas ideias sobre o que seria um Moçambique pós-colonial. As “Zonas Francas”, neste artigo, são vistas como o espaço onde as mulheres moçambicanas forjaram sua emancipação. Juntas e de braços dados, as mulheres trabalhavam e lutavam ao lado de homens enfrentando os designios da tradição e, assim, idealizando uma nova realidade para Moçambique independente. Desta vez, com base na ideia de Casimiro (2005), foi a partir da formação da FRELIMO que uma verdadeira revolução começa na história da vida das mulheres moçambicanas. Rompendo todos os tabus e preconceitos da tradição moçambicana, surge em Mbeya-Tanzânia a primeira organização feminina, em Junho de 1966, denominada LIFEMO (Liga Feminina de Moçambique, também conhecida como Liga das Mulheres), tributária das ligas femininas das colónias inglesas. A partir das leituras feitas nos arquivos de Portugal e Moçambique, deve-se notar que as informações sobre esta organização são quase inexistentes. Alguns relatórios elaborados encontrados na Torre de Tombo apenas descrevem a LIFEMO como uma organização informal da FRELIMO, composta principalmente por esposas de líderes do movimento de libertação, que deveriam compartilhar algumas ideias e promover a caridade para os refugiados moçambicanos que estavam na Tanzânia.⁹

Segundo Casimiro (2005), o objetivo da LIFEMO no início era apoiar as famílias daqueles que se uniram à causa, e explicar os propósitos da FRELIMO. Este trabalho implicou o conhecimento dos lugares e bairros onde os moçambicanos moravam, beneficiando-se da colaboração das mulheres da Tanzânia por meio do Clube das Mulheres, onde, entre outras

⁹ Relatório de SCCIM , 1966, caixa n ° 14.

coisas, aprenderam métodos de gestão de trabalho. Esta organização participou da Conferência Pan-Africana das Mulheres, em Dar-Es-Salam, em julho de 1962, e com o progresso da luta armada, novas demandas foram impostas ao movimento, que por várias razões a organização feminina não conseguiu acompanhar a dinâmica exigida, não respondendo às necessidades colocadas, e acabou sendo extinta durante a luta armada.

Para Machel (1973), na época da conferência constitucional do LIFEMO, foi eleita uma ignorante Diretoria de Combate às Armas, e o país e algumas tarefas foram definidas, fora das perspectivas reais da luta. E a FRELIMO ainda não tinha estruturas sólidas, sua linha não era suficientemente compreendida e assumida pelo povo. Sua equipe e gerências ainda não tinham a experiência necessária. O processo de popularização da luta ainda era muito embrionário, longe de ser uma revolução. Consequentemente, para a LIFEMO, falar sobre a emancipação das mulheres era apenas um exercício vazio e verbal, uma imitação do que foi feito no mundo com base em movimentos feministas que surgiram em outros países com realidades além de moçambicanas, e as mulheres precisavam tomar consciência da luta. Foi nessas circunstâncias que a LIFEMO, através das resoluções do Congresso realizadas em 1966, sob a direção do Comité Central da FRELIMO, acabou sendo abolida, apoiando sua militarização em um movimento mais coeso e eficaz. Assim, a ideia de um Destacamento Feminino (DF) foi projetada meses antes de sua fundação.

De acordo com o Relatório do Comité Central (1980), uma das decisões mais importante que se tomou no decurso da guerra foi a criação do Destacamento Feminino, integrado no seio das Forças Populares de Libertação de Moçambique. Este fato representou um marco histórico na condição da mulher moçambicana. Uma ruptura brusca, mas tornada imperativa por séculos de opressão a que se contrapunha o desencadeamento da Luta Armada de Libertação Nacional. A partir deste fato, a mulher afirma-se como elemento transformador da Sociedade, ao mesmo tempo em que se apresenta como um agente difusor de ideias novas, tanto através do trabalho de mobilização que ela vai realizando junto as populações, como através do exemplo da sua própria presença ativa que contribuiu para quebrar os vários mitos sobre a inferioridade da mulher.

2.1. O Percurso Histórico do Destacamento feminino e as suas Funções na Luta Armada

Com vista a integrar toda a população sob o seu controle no combate libertador, a FRELIMO criou estruturas que permitissem o envolvimento popular no debate da concepção e adoção dos programas traçados. Com objetivo de enquadrar a mulher nas diferentes tarefas e fases da luta pela libertação, a FRELIMO idealizou em 1966 o DF (Destacamento Feminino), que viria a se consolidar em 1967. Contudo, foi na reunião do Comité Central, em 1968, quando

da realização do II Congresso da FRELIMO nas zonas libertadas de Niassa, que decidiu-se que a Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO) deveria fundir-se completamente com o Destacamento Feminino (MONDLANE; MACHEL, 1977).

O DF foi constituído por 25 mulheres guerrilheiras que, conforme Santana (2009), na sua maioria eram moradoras de Cabo Delgado e Niassa, tendo sido treinadas no campo de Nachingwea (Tanzânia). Ao contrário do que diz a informação oficial, elas ofereceram-se e solicitaram treinos militares à direção do movimento para poderem garantir a defesa da população que estava na sua responsabilidade, e também pela necessidade de defesa e mobilização das populações nas zonas libertadas ou então nas zonas semi-controladas pelo colonialismo (CASIMIRO, 1986). Depois deste treino ficou provado que as mulheres tinham capacidades para exercerem várias missões no âmbito da luta armada, e juntamente com os homens participarem ativamente nas atividades. Esta decisão jogou um papel muito importante na Revolução que se deseja alcançar. Desta feita, as mulheres foram colocadas em vários setores das “Zonas Libertadas”.

Porém, tal decisão encontrou muitos obstáculos no seio do movimento por parte de alguns homens, pois as mulheres que se haviam juntado à luta funcionavam muitas vezes como produtoras e reprodutoras, fonte de prazer sexual para os guerrilheiros. Outros homens alegavam que as mulheres eram um ser fraco e que não suportariam os treinos militares. De um modo geral os homens acreditavam que as mulheres não iriam ser e nem podiam ser guerrilheiras porque elas eram responsáveis por corrupção e pela gravidez. E o fato de serem guerrilheiras iria lhes impedir de casar (CASIMIRO, 1986).

No entanto, o sucesso da Revolução dependia dos esforços combinados de todos, ninguém podia ser dispensado, assim o papel tradicionalmente “passivo” da mulher devia mudar, de modo que as suas capacidades possam ser utilizadas ao serviço da Revolução. Desta forma, não houve outra opção para os homens, senão aceitarem o trabalho das mulheres na luta. E só elas poderiam mobilizar as outras mulheres, a população local e outros homens que não tinham aderido à luta a participarem na tão esperada revolução (MONDLANE; MACHEL, 1977). O Destacamento Feminino, porque engajava a mulher na tarefa da Revolução, e o combate direto contra o inimigo colonialista, era a estrutura principal de participação da mulher na luta, estrutura que desempenhava o papel mais ativo na transformação da sociedade. Por isso, constituía o núcleo motor da Organização da Mulher Moçambicana, sendo também a sua principal fonte de fornecimento de quadros. Esta ideia é partilhada por Lippman (1974), quando afirma que o Destacamento feminino representava um setor político armado da FRELIMO.

É importante destacar que muitas mulheres que não se inseriram no Destacamento Feminino continuaram a contribuir com a Revolução através de outras formas, como por

exemplo no transporte de material de guerra, na produção de alimentos para as/os combatentes, como informantes, professoras, enfermeiras e outras atividades ligadas à organização da população e ao progresso das zonas libertadas (SANTANA, 2009; ZIMBA, 2012). Desta forma, a mulher tornou-se uma peça chave para a política de organização da FRELIMO. No livro lançado pela OMM, sob a coordenação de Benigna Zimba, é possível ver vários depoimentos de mulheres que mostram que a conquista de seus espaços dentro da Revolução não foi uma tarefa fácil, contudo, mesmo assim a mulher conseguiu superar as expectativas durante o decurso da luta, alcançando grandes conquistas. Ora, vejamos o exemplo de um depoimento de uma combatente, integrante do DF durante a luta, de nome Paulina Mateus N'kunda, integrante da Base Central, e que falou na primeira pessoa:

Comecei a estagiar como secretária no Destacamento Nampula, fazendo registo das armas e saídas dos guerrilheiros para o combate. Eu elaborava relatórios de várias actividades que se realizavam na base. Em 1965 fomos transferidos para a Base Central Moçambique. Aqui, junto à margem do rio Dyalakete, mulheres e homens aprendemos a marchar, manejar uma arma, disparar e realizar várias tarefas relacionadas com o movimento. Soldados de ambos os sexos escalavam-se para ronda e patrulha, ao mesmo tempo que assistiam às aulas de Educação Política, instruídas pelo Comissario Político Paulo Samuel Kankhomba (ZIMBA, 2012, p. 55).

A partir do momento em emerge a condição da mulher como questão de debate, há uma mutação em todas as esferas, ou seja, o aparecimento de mulheres guerrilheiras foi uma grande conquista para a Revolução que se previa naquele período. E desta forma o Destacamento Feminino foi formalmente oficializado pela FRELIMO, no seu II Congresso. No entanto, o Destacamento Feminino não era a Organização da Mulher Moçambicana, e esta não era o Destacamento Feminino. Este último constituía em parte integrante do exército, das Forças Populares de Libertação de Moçambique, era o corpo político-armado, enquanto a OMM era o motor de mobilização de toda a massa moçambicana. O destacamento e a OMM eram organismos que se completavam, pois enquanto o Destacamento fornecia alguns dos seus quadros, a OMM proporcionava as bases, que por seu turno levavam mais mulheres para o Destacamento (LIPPMAN, 1974).¹⁰

2.1.1. As Principais funções do Destacamento Feminino

Foi no II Congresso da FRELIMO, realizado em Niassa em julho de 1968, que se decidiu fazer uma integração mais expressiva da mulher na luta. No entanto, segundo Comité Central

¹⁰ RELATÓRIO DE CEEC, 1975.

(1980), para realizar mais completa e eficientemente a participação da mulher moçambicana na luta, foi criado o DF, cujas funções principais eram:

- a) Mobilização e organização das massas populares;
- b) Recrutamento de jovens de ambos os sexos, para engajá-los na luta armada;
- c) Produção;
- d) Transporte de material;
- e) Proteção militar das populações.

3. Do Destacamento Feminino à organização da Mulher Moçambicana – OMM

Com o desenrolar da Luta Armada de Libertação Nacional, a direção da FRELIMO, avançou com a ideia e a necessidade de se criar uma organização da mulher mais abrangente e esta organização tinha como núcleo central o Destacamento Feminino (DF), que deveria incluir todas as mulheres ligadas ao movimento através de diversas atividades no interior ou no exterior do país, nas zonas liberdades ou semi-libertadas (CASIMIRO, 2001). Neste contexto, inicia-se o processo de formação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM). Nesta organização se colocava toda a responsabilidade de mobilização popular dentro e fora de Moçambique. Para Machel (1973) e o Relatório de CEEC, elaborado no ano de 1975, a Organização da Mulher Moçambicana surge dentro do princípio da mobilização, organização e união de todas as forças para o combate, e o Comité Central, satisfazendo as aspirações da consciência crescente da mulher moçambicana, decidiu constituir a Organização da Mulher Moçambicana.

A Organização da Mulher Moçambicana, na altura da sua formação, era uma estrutura de enquadramento e orientação da Mulher Moçambicana em geral, com o claro objetivo de batalhar também pela emancipação da mulher e a Revolução. Assim, ela devia realizar a frente mais larga possível, mobilizar, organizar e unir todas as mulheres que até aquele momento se encontravam a margem do processo de transformação da sociedade, ou seja, jovens e velhas, solteiras e casadas, instruídas e não instruídas, militantes e não militantes. A organização da Mulher Moçambicana devia organizar as mulheres onde elas se encontravam, nos seus lugares de trabalho, nas escolas, nos hospitais, nos destacamentos, nas cooperativas, nos infantários, em cada círculo, em cada povoação (MACHEL, 1973; LIPPMAN, 1974). Para além de fazer uma mobilização interna, esta organização tinha como uma das suas tarefas centrais mobilizar a opinião internacional a favor da luta, e exprimir a solidariedade da mulher e do povo moçambicano. Um combate, particularmente, impõe-se a esta organização: manter sempre agudo o sentido real da emancipação, reforçar a luta ideológica contra as tentativas de desvirtuar a luta da mulher e de isolá-la da Revolução (Ibidem). Portanto, foi em 4 de março de 1973 que se realizou a Primeira

conferência das Mulheres Moçambicanas, sob a presidência de Samora Machel, em Tunduru, na Tanzânia. Em seu discurso, ele afirmou que, “A emancipação da mulher não é um ato de caridade, não resulta de uma posição humanitária ou de compaixão. A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo”.

O objetivo desta conferência foi discutir a condição social das mulheres moçambicanas e pensar estratégias para a sua emancipação. Nesta conferência estiveram reunidas mulheres de diferentes províncias, profissões, condições sociais, idades e “etnias” – tanto do norte quanto do sul de Moçambique, incluindo camponesas, professoras, enfermeiras, militares, estudantes, solteiras e casadas (MACHEL, 1973). Desta forma, em 1973, durante a mesma conferência, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) foi criada. Neste contexto, a FRELIMO integrou a estratégia da emancipação da mulher na Libertação Nacional do Povo moçambicano (LIPPMAN, 1974). Nesta senda, pode-se dizer que esta Revolução feminina se enquadra na estratégia da FRELIMO da criação de um novo Moçambique livre e independente, impossível sem a participação de uma mulher ativa. Ou seja, no *slogan* da formação de um “homem novo”. Era necessário libertar a mulher da exploração, da opressão, arranca-la da ignorância, transformando-as em elementos de iguais direitos, e estes converteram-se nos objetivos da OMM.

Segundo Casimiro (2005), a criação da OMM foi uma estratégia da FRELIMO para controlar as mulheres no período pós independência. Como exemplo observou-se que a FRELIMO, em 1975, através da política socialista, delineou tarefas que a OMM devia executar que era de mobilizar as mulheres para execução da política económico-social, isto é, a OMM teve o papel importante na integração da mulher na produção coletiva das cooperativas e associações camponesas - na mobilização das mulheres e da sociedade no geral. Partilhando desta ideia, Karberg (2015), citando Sheldon (1990), defende que a OMM foi criada como uma instituição para defender os direitos fundamentais da Mulher, mas como uma divisão política para atrai-las para a Luta de Libertação Nacional e para o partido: “Para se libertar, a mulher assume e vive criativamente a linha política da FRELIMO”. Esta mesma autora salienta que esta organização é apenas um ramo estendido da FRELIMO, pois se as mulheres desejassem exercer uma função pública, deviam primeiro ser membro da Frente. Segundo o CEEC (1975), pode-se dizer que a Linha Política da FRELIMO foi a plataforma da unidade da Mulher Moçambicana, mais, contra ela se erguia o tribalismo, o regionalismo e o racismo, uma vez que estes elementos impediam a grandeza do país e da luta contra o inimigo.

Segundo o discurso do então presidente Samora Machel (1974), a luta das mulheres pela Emancipação e o seu enquadramento no DF e na OMM, foram passos fundamentais para a transformação da Luta de Libertação em Revolução, e para a criação das bases do poder popular. Mas, apesar desses avanços, a divisão sexual do trabalho não sofreu alterações nas zonas libertadas, continuando as mulheres a preparar a alimentação e a realizar o trabalho doméstico. Aliás, o seu trabalho foi acrescido das tarefas ligadas à participação na luta, como a de alimentar os guerrilheiros, ocupar-se da segurança das zonas libertadas, escolas, infantários, centros de saúde, bem como treinar e participar dos combates. Eram as mulheres, crianças e velhos, sobretudo, que viviam nas zonas libertadas, enquanto os homens se ocupavam da atividade militar. Com a criação do Destacamento Feminino (DF) em 1967, as mulheres passaram a realizar treino militar, bem como exercer tarefas de segurança, e por vezes, participavam nos combates. A mulher deu um contributo fundamental para o avanço da luta, visível no seu envolvimento em novas tarefas, dentro do princípio socialista então prevalecente de que a libertação da mulher seria possível pela sua integração no trabalho social.

Em suma, nota-se que não houve um repensar das tarefas reprodutivas da mulher, ou seja, das tarefas invisíveis que já a ocupavam bastante, e que contribuíram para aumentar o seu tempo de trabalho no âmbito da divisão sexual do trabalho. Assim, se confirmaram os seus papéis sociais como esposa, mãe, e como trabalhadora sem remuneração (CASIMIRO, 2001).

3.1. As Estruturas da OMM dentro das Estruturas da FRELIMO nas Zonas Libertadas

Esta organização funcionava levando a cabo a sua tarefa de enquadrar e conduzir a mulher na luta pela emancipação, e engajá-la cada vez mais nas tarefas da Revolução. A OMM necessitava de estruturas adequadas, baseadas sobretudo, nas experiências acumuladas pelas mulheres nos diferentes setores durante todo o processo da luta (MACHEL, 1973). Depois da Conferência de 1973, a Organização da Mulher Moçambicana aparece como um novo braço da FRELIMO para atingir e engajar setores femininos que até então não tinham sido atingidos e engajados devidamente. Contudo, para conduzir este processo requereu-se a uma Direção experiente, como aborda-se mais para frente, que tinha compreendido e assumido a linha política do movimento. Desta forma, era necessário que os membros da Direção tivessem preparação e experiência político-militares, base indispensável para compreender a situação e poderem continuamente ver com clareza a via a ser seguida (MACHEL, 1973).

Em relação a estrutura da OMM deve-se analisar em dois contextos: o primeiro diz respeito as “Zonas Libertadas” e as zonas pós colonialismo. Por ora analisemos durante a Guerra de Libertação Nacional. Segundo o Relatório da CEEC (1975), a Organização da Mulher

Moçambicana (OMM) integrava-se no Comissariado Político, e como organização de massas estava representada nas estruturas do Movimento. A OMM funcionava sob estrutura de Círculos, Localidade, Distrito e Província, com camaradas responsáveis e suas adjuntas na Secção da Organização das Massas. Nas províncias libertadas, durante a Guerra de Libertação, as estruturas existentes não eram muito sólidas, devido a conjuntura do próprio momento e porque nem todas as zonas estavam libertadas, o que dificultava a organização. Entretanto, para que a organização fosse coesa era necessário proceder-se à dinamização, uniformização e consolidação das estruturas da Organização da Mulher Moçambicana, de modo que pudessem permitir o intercâmbio e troca de experiência. Era necessário encorajar a consolidação das estruturas da OMM nas províncias, onde as estruturas não eram sólidas. Promovendo-se reuniões de esclarecimento e selecionando camaradas que pudessem ser preparadas para dinamização nos Distritos, nas Localidades e nos Círculos junto às populações.

3.2. A Direção da OMM nas Zonas Libertadas

A direção da Organização da Mulher Moçambicana foi assumida por um Comité Nacional e um Secretariado-Geral (CEEC, 1975). O Comité Nacional era constituído pelos membros do Secretariado-Geral e pelos responsáveis da OMM em cada província ou região, além dos principais centros da FRELIMO no exterior. E devia assumir uma Linha Política da FRELIMO, de modo que a Mulher Moçambicana se possa emancipar, engajando-se totalmente nas tarefas da Revolução. Era responsabilidade da direção orientar uma educação correta para os outros combatentes e continuadores, promovendo a educação sanitária, para que as famílias vivessem em condições de higiene aceitáveis. Na alfabetização, a mulher devia dar exemplo duro no combate contra ignorância e obscurantismo. A Organização da Mulher Moçambicana devia sensibilizar e aguçar o sentimento de vigilância, mobilizando as mulheres contra as espécies de corrupção, prostituição, a bebedeira e a especulação, bem como a infiltração de reacionários no seio do movimento. Devia alertar a população contra todas as formas de desvio da Linha Política do Movimento. Com efeito, pode-se considerar que a OMM, durante o processo da Luta de Libertação Nacional, funcionou como uma força mobilizadora de massas, e para que estivesse em condições de atender toda e qualquer situação da luta, o Comité Central da FRELIMO decidiu organizar cursos de preparação de quadros femininos, a ser realizado sob à direção do Comité Executivo (CEEC, 1975).

4.A Mulher nos anos 1975 e 1980

Após uma década de luta contra o Governo Colonial Português, Moçambique alcançou a sua independência em 1975, pondo fim a violenta colonização. Estabelece-se um sistema político monopartidário, liderado pela FRELIMO e sobretudo influenciado pela ideologia socialista. E com base nas experiências das “Zonas Libertadas”, sob a direção da FRELIMO, a OMM continuou a fazer o seu papel emancipatório, dando o seu apoio social às comunidades, mobilizando as massas populares. Deste modo, ocorre a primeira mudança no estatuto da Mulher com a introdução da Constituição Moçambicana de 1975. O cerne desta legislação era o conceito de igualdade entre homens e mulheres, ou seja, os princípios da igualdade do gênero foram consagrados mesmo.

Com o desencadear da Guerra Civil em Moçambique, por volta de 1976, as lutas travadas pelas mulheres adormeceram. Entretanto, estas sob orientação da OMM, continuaram a desempenhar um papel de relevo durante a luta, e foi criada uma divisão especial para elas, fornecendo formação militar a mulheres e raparigas (KARBERG, 2015). Mas, as diferenças entre ambos sexos continuavam acentuadas, pois os abusos sexuais contra as mulheres eram algo comum no exército, e o envolvimento destas na Guerra Civil foi limitado e muitas acabaram por se tornar domésticas.

Infelizmente, do ponto de vista particular da vida das mulheres, as políticas de desenvolvimento, inicialmente socialistas, e mais tarde, neoliberais, não fizeram muita diferença, e "a regularidade constante de uma perda de *status* por parte das mulheres" permanecia (ARNFRED, 1990). Isso não era de maneira alguma o esperado, uma vez que as políticas socialistas pareciam de alguma forma contribuir para a emancipação da mulher, considerando a introdução desta na produção social organizada (cooperativas, fazendas estatais, fábricas) como a principal rota, conduzindo ao rompimento com o confinamento tradicional da mulher na família (e sob o poder patriarcal), abrindo, portanto, o caminho para a igualdade de gênero e a emancipação das mulheres. A partir dos anos 80 o paradigma “Mulher no desenvolvimento”, associado ao sistema socialista, muda completamente, isto é, as suas estratégias de desenvolvimento estavam a contribuir para a marginalização e opressão das mulheres - no acesso e controle da terra, no acesso ao crédito, a emprego remunerado, à educação, a saúde e justiça, o que de certo modo acabava tornando as mulheres invisíveis (ARNFRED, 1990).

Portanto, como salienta Olofsson (2010), durante o período de sistema monopartidário, o conceito de “emancipação da Mulher” definia-se, obrigatoriamente, pela filiação da Mulher na OMM, uma organização de massas sob tutela da FRELIMO. Neste caso, toda mulher que não estivesse filiada, ou não participasse nas atividades ou trabalhos idealizados pela FRELIMO através da OMM não era emancipada. Esta mesma autora salienta que embora todas as mulheres fossem “obrigadas a emancipar-se”, segundo os ditames da FRELIMO, a maioria delas não

embarcou no “projeto da emancipação” sob orientação da FRELIMO/OMM. E com o desenvolvimento da educação nas cidades, vilas e alguns distritos a escola passou a ser o lugar ideal onde a mulher forja a sua luta a favor da emancipação. De igual modo, para O’Laughlin (1992), a Linha Política concebida pela FRELIMO sobre a emancipação da Mulher só seria alcançada pondo em causa as estruturas do mundo semi-tradicional, que qualquer estratégia política socialista teria de alterar. Nos finais dos anos 80, após a morte do presidente Samora Machel, e com a introdução das políticas neoliberais, a situação das mulheres não mudou, ela continuou a perder o seu *status*, o que levou as a fazer lutarem sempre pelos seus Direitos (ARNFRED, 1990).

5. A Segunda República e o papel da Mulher Moçambicana

O fim da Guerra Civil e a introdução da Constituição de 1990 (que colocou fim ao socialismo dando início a democratização), foi para grande maioria do povo, e em especial a mulher em Moçambique, uma oportunidade de pela primeira vez na história do país participar ativamente e livremente na vida política. Basima (1992), analisando o mesmo período, aponta que surge um Estado de justiça social que abriu espaço para uma nova fase da luta pela igualdade de Direitos entre os cidadãos. Contudo, embora seja visível a participação da mulher em várias esferas sociopolíticas da vida do país, ainda se notava que havia muito a se fazer para sua emancipação. O que demonstra que as reformas políticas não bastam para reduzir as diferenças entre homens e mulheres. Com o início da democratização, e depois das primeiras eleições realizadas em 1994, ocorre a segunda mudança de paradigma em relação ao estatuto da mulher, e desta forma abre-se espaço para um debate político sobre a situação da mesma. E a questão da igualdade de gênero volta a estar no cerne das discussões, tanto na agenda política internacional, como na do país.

Foi neste sentido que Moçambique demonstrou o seu compromisso em relação à importância da igualdade do gênero, ao participar da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim, em 1995. Nesta conferência acordou-se num padrão de referência internacional para a participação das mulheres em posições de tomada de decisão política de 30 % de todos os países, e incitou Moçambique a estabelecer instrumentos importantes dos gêneros, como a criação do Ministério da Mulher e da Ação Social, em 2000, os pontos focais do gênero e as unidades deste em cada Ministério, e ainda a criação de diversas organizações não-governamentais que trabalham na área da proteção dos direitos da Mulher, a exemplo do Fórum Mulher. Segundo WLSA (1998), com o fim deste conflito temos um novo modelo de famílias em Moçambique, aquelas em que as mulheres passam a assumir papéis de chefe de famílias, sejam elas viúvas,

separadas, mães solteiras e divorciadas. As viúvas constituíam o maior grupo destas famílias, devido ao número de homens mortos pela Guerra. A partir desta década a luta das mulheres pelos seus direitos intensificaram-se.

Considerações Finais

Neste breve artigo percebe-se que as mulheres (em Moçambique) conquistaram o seu estatuto de autoras sociais com a sua participação no movimento nacionalista unificado a partir do início da Luta Armada de Libertação, em 1964. Pois a partir das “Zonas Libertadas” há um engajamento da própria mulher na luta através de movimentos e organizações que foram surgindo. Conclui-se também que o apoio político da FRELIMO aos movimentos (DF e OMM), estava associado à concretização de transformar a luta numa Revolução. Visto que, quando foram criados, pretendia-se envolver as mulheres no conflito, de forma a facilitar a sua posterior integração na vida política nacional após a conquista da independência. A participação da mulher moçambicana não só contribuiu para a sua emancipação como acrescentou elementos transformadores da sociedade, deixando para trás as velhas ideias da tradição que a inferiorizava. Esta revolução mostrou a grande capacidade e espírito de sacrifício que a mulher moçambicana dispõe, superando grandes obstáculos.

Considera-se que o DF e OMM, durante a luta, tinham uma relação de complementaridade e ajuda mútua. O DF aparecia como uma força motriz, fonte de quadros, e a OMM como força mobilizadora das massas, que fornecia apoio ao DF. Entretanto, é possível ver que com a Constituição de 1975, e o sistema de Partido Único, o estatuto da Mulher mudou na sociedade, passando esta a trabalhar fora de casa, mas com direitos sociais e políticos limitados. Nos anos 90 o cenário mudou com a introdução do multipartidarismo, e a mulher ganhou espaço na arena política ao lado dos homens.

Portanto, neste artigo considera-se a emancipação como um fenómeno fundamental para o processo de desenvolvimento dos direitos das mulheres e sua inserção no meio social que a cerca. Esta luta pelos direitos femininos tornou-se histórica, e até hoje, mesmo com sociedades bem desenvolvidas, ainda há muitos direitos a serem mantidos, outros tantos a serem conquistados, e vários em vias de serem perdidos. Todavia, ainda que as mulheres gozem oficialmente de algum reconhecimento social decorrente da sua participação na luta de libertação nacional, embora constituam a maior força de trabalho (se incluirmos o setor informal) e conquanto estejam representadas de modo significativo no parlamento moçambicano, a igualdade de gênero apresenta ainda muitas lacunas, e está longe de se perceber igualitária, com

particular destaque para a educação, e a sua representação nas forças armadas, ao contrário do que poderia esperar, não é numericamente significativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNFRED, Signe. “Notes on Gender and modernization-examples from Mozambique”. In: Signe Arnfred, Signe & Bentzon, Agnete W. (eds), **The language of development studies**. Copenhagen: New social science Monographs, 1990.

BASIMA, Amélia. **Mulher e desenvolvimento: A mulher na realização do direito ao desenvolvimento**. Maputo: CNUM, 1994.

CASIMIRO, Isabel Maria. **Transformação nas Relações Homens/Mulher em Moçambique, 1960-1974**. Tese de licenciatura em História. Maputo, UEM, Departamento de História, 1986.

CASIMIRO, Isabel Maria. **Paz na terra, guerra em casa: Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique**. Dissertação elaborada para obtenção do grau de Mestre em Sociologia. Coimbra, Faculdade de Economia, 1999.

CASIMIRO, Isabel Maria. “Repensando as relações entre mulher e Homem no tempo de Samora”. In: Sopa, António. **Samora: Homem do Povo**. Maputo: Maguezo editores, 2001, p.127-135.

CASIMIRO, Isabel Maria. “Samora Machel e as suas relações de género”. In: **Estudos Moçambicanos**, 21. Maputo: CEA, 2005, p. 55-84.

CASIMIRO, Isabel Maria. “Movimento Associativo como foco de nacionalismo: o movimento estudantil NESAM e AMM”. in: Castelo, Cláudia et al (org.). **Os outros da colonização. Ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique**. Lisboa: ICS, 2012.

CEEC. **Relatório sobre a situação da Mulher Moçambicana**. Maputo: CEEC, 1975.

CHISSANO, Joaquim Alberto. **Vidas, Lugares e Tempos**. Maputo: Texto Editores, 2010.

FRELIMO. **A mulher é o elemento transformador da sociedade**. Maputo: Coleção estudos e orientação nº 10, 1980.

GOLIAS, Manuel. **Sistemas de ensino em Moçambique: Passado e Presente**. Moçambique: Editora Escolar, 1993.

ISAACMAN, Barbara e STEFHAN, June. **A mulher moçambicana no processo de libertação**. Maputo: INLD, 1984.

KARBERG, Sindy. **Participação política das Mulheres e a sua influencia para uma maior capacitação da Mulher em Moçambique**. Alemanha: CIEDIMA, 2015.

LIPPMAN, Ingeborg. **FRELIMO: a emancipação da mulher num programa revolucionário**. Lisboa: FLAMA DOSSIER. 1974. Disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=flama_7967, acedido em Junho de 2019.

- LOFORTE, Ana Maria. **Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique**. Lisboa: Ela por Ela, 2003.
- MACHEL, Samora. **A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia de sua continuidade, condição de seu triunfo**. Maputo: Coleção Estudos e orientações, nº4, (1975 [1973]).
- MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja. “Povoamento indígena de Moçambique: Considerando a família e os agrupamentos”. In: **Congresso do Mundo Português**, Lisboa, 1940, Vol.15.
- MENESES, Maria Paula. “O `indígena` africano e o colono `europeu`: a construção da diferença por processos legais”, **E-cadernos**, CES, 7, 68, 2010.
- MENESES, Maria Paula. “Images outsider the Mirror? Mozambique and Portugal”. In: **world History, Human Architecture**, IX, Special ISSUE, 2011, p.121-137”.
- MONDLANE, Eduardo e MACHEL, Samora. **A Frelimo e a Revolução em Moçambique**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1977.
- MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Lisboa: Terceiro Mundo, 1975.
- MONDLANE, Eduardo, “O desenvolvimento do Nacionalismo em Moçambique”. In: BRAGANÇA, Aquino; WALLERSTEIN, I. (eds.), **Quem é o inimigo (II)? Os movimentos de Libertação Nacional**. Porto: Afrontamento, (1978 [1964]), p.33-40.
- MOSCA, João. **A experiência Socialista em Moçambique (1975-1986)**. Lisboa: Instituto PIAGET, 1993.
- O’LAUGHLIN, Bridget. “A base social da guerra em Moçambique. Análise de Christian Geffray: a causa das armas em Moçambique- Antropologia de uma guerra civil”, **Estudos Moçambicanos n. 10**, 1990, p.107-142.
- OLOFSSON, Linette. **Dilemas teóricos do feminismo e do Marxismo em Moçambique: Discussões teórico-bibliográfica, mapeamento das organizações, o lugar da Mulher na luta Armada. A mulher moçambicana e suas fases de transformação, 1975-2005**. Maputo:Mozila, 2010.
- RELATÓRIO DE SCCIM. **Informações Referentes as actividades da FRELIMO**. Moçambique/Portugal, caixa n.º14, cota actual SCCIM-PIDE, A/2/2, 1966.
- ROCHA, Aurélio. **Associativismo e Nativismo em Moçambique: contribuição para o Estudo das origens do Nacionalismo Moçambicano (1900-1940)**. Maputo: Promédia, 2002.
- SANTANA, Jacimara. “A participação das mulheres na luta de libertação nacional de Moçambique em notícias (Revista Tempo, 1975-1985)”, **Revista de História e de Estudos da Diáspora Africana**, 4, 2009.
- SCOTT, Joan. Género: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, n. 20, Vol. 02, 1995, p. 71-99.
- SCOTT, Joan. “História das mulheres”. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Edira UNESP, 1992, p. 63-95.

TEMBE, Joel das Neves (org.). **História da Luta de Libertação Nacional**. Maputo: Ministério dos Combatentes, 2014.

ZIMBA, Benigna (org.). **A mulher moçambicana na luta de libertação nacional: Memórias do destacamento feminino**. Vol. 1. Maputo: CPHLLN, 2012.

WLSA. **Famílias em contexto de mudanças em Moçambique**. Maputo: CEA, 1998.

Recebido em: 23/03/2021

Aprovado em: 10/06/2021